

Contra a ordem: a irrelevância da ordem frasal para uma Sintaxe ontogênica

Clóvis Luiz ALONSO JÚNIOR¹

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;
| clovisalonsojr@gmail.com; | <https://orcid.org/0000-0001-6358-219X>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3714>

Resumo: Pretendo, neste artigo, circunscrever o estatuto da frase ao âmbito do discurso, mais do que ao da sintaxe. Para isso, proponho que se considere que os possíveis constituintes frasais sejam ordenados segundo um critério discursivo, mais do que sintático. No corpo do texto, refiro-me aos constituintes como “palavras”, não como *sintagmas*, em referência à expressão “ordem das palavras na frase”, que me parece altamente circulante sob a chave de uma importância sintático-estrutural, contra a qual me posiciono, e a isso se deve o título do artigo. Circunscrevo ao discurso aquilo que denomino “espaço da frase”, valendo-me de proposição teórica que venho procurando desenvolver no sentido de uma “ontogênese” ou “ontogenia” da Língua — que trato como entidade una, a que me refiro no singular e com inicial maiúscula —, a partir de um momento primevo em que o *espaço físico do mundo* e os movimentos cinemáticos aí realizados teriam sido percebidos, incorporados e em certo sentido mimetizados por nós como fator inspirativo para o engendro da própria Língua. Eis o escopo finalíssimo deste artigo: mais do que a relativização da importância do “espaço da frase”, a proposição de uma importância fundante do “espaço do mundo” para a gênese da Língua.

Palavras-chave: Sintaxe. Frase. Palavras. Ontogênese. Espaço.

Against the order: the irrelevance of the phrasal order for an ontogenic Syntax

Abstract: I intend to restrict the statute of the sentence to the scope of Discourse rather than the Syntax. I propose that the possible phrasal constituents are ordered according to a discursive criteria, not a syntactic one. Thus, I mention constituents as “words”, not as *syntagms*, referring to the expression “word order in the sentence”, highly circulating and subdued to a syntactic-structural relevance, against which I argue, to which I owe the title of this paper. I circumscribe to the discourse what I call “space in the sentence”, taking advantage of a theoretical proposition I have been trying to develop related to the “ontogenesis” or “ontogeny” of the Language — treated here as a single entity, to which I refer as a singular, capitalized word —, from a primeval moment when *the physical space of the world* and the cinematic movements then carried out would have been perceived, embedded, and mimicked by us as an inspiring factor for the making of the Language. This is the ultimate scope of this article: more than relativization of the importance of the “space in the sentence”, it is the proposition of a founding relevance of the “space of the world” for the genesis of the Language.

Keywords: Syntax. Sentence. Words. Ontogenesis. Space.

“CANÇÃO DO VER

[...]

Por viver muitos anos dentro do mato
moda ave

O menino pegou um olhar de pássaro —
Contraíu visão fontana.

Por forma que ele enxergava as coisas
por igual

como os pássaros enxergam.

As coisas todas inominadas.

Água não era ainda a palavra água.

Pedra não era ainda a palavra pedra.

E tal.

As palavras eram livres de gramáticas e
podiam ficar em qualquer posição.

Por forma que o menino podia inaugurar.

Podia dar às pedras costumes de flor.

Podia dar ao canto formato de sol.

E, se quisesse caber em uma abelha, era
só abrir a palavra abelha e entrar dentro
dela.

Como se fosse infância da língua.

[...]”

(Barros, 2010, p. 425)

| “Ontogênese da Língua”

Dialogar consigo mesmo é atitude desaconselhável quando se quer parecer risonho e franco. De fato é para o nosso interlocutor que costumamos sorrir, se não somos completos narcisos, mas, se meu interlocutor mais evocado sou eu mesmo, é melhor ser franco e avisar. Há, neste texto, farto diálogo comigo mesmo, não por narcisismo consciente e deliberado, mas por necessidade de retomar certo empreendimento teórico próprio, que está sempre em processo. Eis aqui uma retomada:

Intralinguisticamente, o próprio aparato nomenclatório da metalinguagem [gramatical] diz sobre a espacialidade, ontogênica, que aqui se propõe como inspiradora da configuração da Língua. Não se prestam como exemplos expressões como *topicalização* — a que, aliás, corresponde fenômeno habitual em latim eclesiástico, estrutural

em aramaico e em grego tardio —, que se referem à “espacialidade” **da representação linguística**, espécie de “espacialidade interna”, bem apontada por dizeres como “posição do sujeito”, “mais à esquerda” — expressão aplicável à modalidade escrita, portanto representação da representação —, que, em certo sentido, nada dizem sobre Língua, embora pareçam dizer muito: nada dizem porque dizem sobre o que há de menos linguístico na representação linguística, que é a linearidade, a ordem linear — à qual não se subordina a ordem estrutural —, o mero fato realizacional de que se têm de proferir as expressões linguísticas umas após as outras, em prospecção, o que, parcialmente, ocorre também na produção musical — em se tratando dos elementos rítmico e melódico, não harmônico nem propriamente contrapontístico —, em oposição à simultaneidade das artes visuais. As expressões que se prestam como exemplos do aparato nomenclatório d[aque]la metalinguagem são aquelas sujeitas à crítica da mistura de critérios formais com critérios semânticos para a classificação linguística, como “adjunto adverbial de”, e aí está a revelação da frágil metaconsciência quanto ao alcance da atuação da metáfora: dizer “adjunto adverbial de causa”, para *morreu de fome*, em *João morreu de fome*, mais do que misturar critérios, é privilegiar critério semântico, certa semântica da discursividade, em detrimento do que proponho como **semântica da sintaxe**², esta, sim, uma semântica que se pretenda reveladora da semanticidade das construções, prévia à discursividade, discursividade que, entretanto, por essa semântica será acolhida ao longo da atualização histórica das línguas; dizer “adjunto adverbial de causa”, para *morreu de fome*, ao que parece, é não perceber o movimento de *afastamento* que há na formulação, o movimento de *lugar de onde*, inscrito já na dita preposição, indiciadora do movimento

2 “Pelo que denomino **semântica da estrutura linguística** [incluída, pois, a sintaxe] se entenda uma semântica rigorosamente ontogenética, a cuja intelecção se chega mediante o que proponho como espécie de análise ‘molecular’ da formalização linguística, análise que requer a apreciação da presença da inspiração físico-concretiva, dada pelo espaço físico, mantida na abstratização:

livro,
Filosofia Grega,
estar,
mesa

e

o livro de Filosofia Grega está sobre a mesa

não são estruturas que expressem semântica de estrutura; são palavras e sentença que expressam coisas do mundo, materiais ou imateriais, e declaração sobre um segmento do mundo, verdadeira ou falsa, mas *palavra* e *sentença* respectivamente são *parábola* e resultado de determinado *senso*, efeito de *sensação* [...], *parábola* e *senso* que atualizam a estrutura, guardadora de sua semântica. [...]” (Alonso Júnior, 2023, p. 29-30)

de separação, de “destacamento”, entre o comportamento de morrer e o **lugar** representado pela fome, mas, por atuação metafórica, a mesma noção de lugar acolhe, discursivamente, a noção de causa, uma vez que a causa, sobretudo a *causa eficiente*, é, com precisão, o **lugar** de onde parte o comportamento expresso pelo verbo, assim como o agente da passiva, outrora chamado, com propriedade, adjunto adverbial de *causa eficiente*, é o **lugar** de onde parte o comportamento, razão pela qual, sugestivamente, esse lugar-agente é revestido pelo caso *ablativo* em latim e pelo *genitivo* — caso da *gênese*, portanto da origem, da separação, do afastamento, do *lugar de onde* — em grego, inexistente o ablativo nessa língua. Aí está a mimese do mundo empreendida pela Língua, nomeadamente a mimese do espaço físico e dos movimentos, de que advém que a Língua seja ontogeneticamente metafórica.

Com esse parágrafo, presente em Alonso Júnior (2021, p. 315), pretendo defender a primazia do espaço físico do mundo relativamente à “espacialidade interna” da representação das línguas naturais, no que diz respeito a sua gênese, que denomino “ontogênese da Língua”. Trata-se de certa “linguisticogênese” que venho buscando e para a qual encontro no *espaço físico-concretivo*, e nos *movimentos cinemáticos* nele realizados, a fonte imagética necessária, *para que a Língua como entidade abstrata se faça Língua*. A par do espaço físico, em princípio externo à dimensão linguística, a “espacialidade interna” das línguas é o “espaço da frase”, espaço que proponho só existir porque existe o espaço extra-frase, o espaço extra-Língua, o espaço físico em que nos movimentamos, que porta uma ontologia própria e geneticamente ontologiza o espaço da frase, segundo a concepção que ora procuro desenvolver, com base em Alonso Júnior (2023, *passim*). Essa concepção não desconsidera a literatura funcionalista que já trabalhou sobre questões espaciais na gênese da Língua, como o exaustivo trabalho de Svorou (1993) sobre a representação linguística de posicionamentos no espaço extralinguístico.

Ao contrário de qualquer pretensão de exaustividade, porém, minha proposição se assume como “francamente reducionista” (Alonso Júnior, 2023, p.117 e 581) e “desejavelmente reducionista, porque pretendidamente ontogênica” (*idem*, p. 621), segundo uma ontogenia que preconiza “uma semântica que se pretenda reveladora da semanticidade das construções, prévia à discursividade, discursividade que, entretanto, por essa semântica será acolhida ao longo da atualização histórica das línguas” (*supra*, Alonso Júnior, 2021, p. 315). Em função desse acolhimento é que afirmo a suficiência de meu reducionismo franco: para a confecção primeira da Língua, a inspiração emanada do “espaço do mundo” é suficiente, porque é nesse espaço que se forjam as imagens

das relações que a Língua terá de representar em sua fundamental poesia metafórica. As imagens advindas dos quatro movimentos cinemáticos então ultra-fundamentais que realizamos no espaço físico do mundo, o movimento **separativo** de *lugar de onde*, o movimento **aproximativo** de *lugar para onde*, o movimento **perambulativo** de *lugar por onde*, o movimento **estagnativo** de *lugar onde* — ou não-movimento, *scilicet* movimento *ex opposito*³ —, são imagens sintéticas e por isso mesmo amplamente pejadas de potencialidade metafórica, possibilidades metaforizantes que atenderão às exigências discursivas do acontecer da vida.

Tão bem ao contrário de qualquer tipicidade — assumida ou negada — de um funcionalismo que privilegie o discurso como unidade fundante, a exemplificar-se na Gramática discursivo-funcional, que advoga a organização linguística em progressão *top-down*, ou seja, do discurso para as unidades menores, e a noção de ato discursivo como unidade básica de análise (vejam-se Hengeveld; Mackenzie, 2008), o que procuro constituir como arcabouço teórico é, bem mesmo ao contrário, não o privilegiamento de qualquer nível linguístico nem, menos ainda, de qualquer nível discursivo pós-ontogênico, mas a primazia do espaço físico do mundo, o primado histórico-ontológico das imagens promovidas por nossa movimentação propriamente cinemática, o “ir a” e o “vir de” investidos de uma prioridade linguística largamente considerada aqui, em “reducionismo dos sentidos cinemáticos, segundo a essencialidade do espaço” (Alonso Júnior, 2023, p. 728): de acordo com o que proponho, a gestualidade dos nossos deslocamentos motivou a imaginação da Língua a partir de um repertório tão limitado quanto as possibilidades de sentidos cinemáticos, mas, justamente por isso, generoso e suficiente para metaforizar-se e remetaforizar-se em processo de abstratização semântico-especificativa, então a partir de um “reducionismo acorde com a natureza *genérica* e *ge(ne)radora* da inspiração inicial”, que é o próprio espaço (veja-se Alonso Júnior, 2023, p. 350), um espaço que se *trans-forma* em Língua:

[...] Na *forma* da Língua se pode dizer o mundo, porque a Língua se presta a qualquer mundo que possamos imaginar. As imagens [...] são “pinceladas originais” que digo varrer o espaço em quatro movimentos

3 “[...] [a] mobilidade não exclui o estatismo, porque não exclui de si mesma sua própria essência de ser uma mobilidade contida no que não se move [...]” (Alonso Júnior, 2023, p. 787); “[...] cama e roupa, escudo e casa são algo movido? Seguramente, só que [*sic*] na maioria das vezes encontramos-os no modo de movimento do que está em repouso, movimento difícil de ser visto [...]. Nós, homens de hoje, passamos facilmente ao largo desse repouso característico e, com ele, da correspondente mobilidade; ou então [...] não o tomamos de modo suficientemente essencial como sendo a caracterização própria do ser desse ente. Por quê? Porque, no emballo do moderno ser do homem, entregamo-nos ao costume de pensar o ente como *objeto*, permitindo que o ser do ente se esgote na objetividade do objeto. [...]” (Heidegger, 2008 [1967], p. 262-263)

reducionistas, virgens de qualquer circunstancialidade e prenes de toda potencialidade, por isso mesmo infindáveis, redutos em sua essência, irredutíveis em sua potência. (Alonso Júnior, 2023, p. 788).

Assim, o “espaço da frase”, os segmentos que a possam constituir internamente, que acima chamei “possíveis constituintes frasais”, reduzem-se ao que proponho como uma espécie de redundância terciária do engendro primário da Língua: este — de “sematicidade [...] prévia à discursividade” (*supra*) — é movido por nossos movimentos físicos no espaço do mundo, que redundam na confecção da Língua-ela-mesma, ou seja, suas entidades verdadeiramente estruturais e seu léxico; aqueles redundam daí, e fazem-no incessantemente, porque o fazem *ad hoc* no fazer-se incessante da discursividade da vida. A frase está para a vida, muito mais do que estar para a Língua. O “espaço da frase”, ou seja, a “espacialidade interna” das línguas naturais, que tão “linguística” se faz parecer, está para os espaços de escolha que a vida nos oferece e tantas vezes nos impõe, tantas vezes a cada deliberado ato discursivo, a cada compulsória premência de agir discursivamente, a cada “liberação psíquica” (veja-se abaixo), a cada revanche libertária que a criação da frase representa:

Quer na linguagem oral, quer na escrita, a frase — como unidade do discurso [veja-se adiante] — é uma criação do indivíduo que fala ou escreve. Surge assim o problema de depreender a contribuição pessoal que carrega a enunciação de uma frase.

Focalizando-se particularmente a língua escrita literária, tem-se considerado, desde a Antigüidade Clássica, essa contribuição pessoal como o ESTILO da frase, dependente dos traços psíquicos individuais que aí concorrem. É o que ressalta — como observa Marouzeau — da definição tantas vezes repetida de Buffon: “o estilo é o homem” (Marouzeau, 1925 [sic: 1935?] [...]).

É o estudo do estilo, como contribuição individual na formulação da frase, que constitui grande centro de interesse para a escola idealista alemã de Karl Vossler, que contrapõe o *élan* estilístico [sic: *élan*, francês, senão *elã*, forma aportuguesada, pelo possível vernáculo *arreatamento*⁴] à “automatização” da norma coletiva [...].

Já sabemos, entretanto, que a distinção entre língua e estilo não pode estar a rigor na oposição entre os elementos coletivos e os elementos individuais da frase [...].

4 observação meramente filológica, sem nenhuma intenção purista de “correção”: eu mesmo, aqui neste texto, realizo galicismos deliberados, alguns não tão evidentes quanto a *revanche* posta acima

O que fundamentalmente põe em contraste uma e outro é a circunstância de que a língua é o sistema lingüístico organizado para a FUNÇÃO INFORMATIVA na base de uma REPRESENTAÇÃO pura. Ora, se atentarmos na atividade lingüística *lato sensu*, vemos logo que [...] a frase, como produto da vida do homem em sociedade, não é uma INFORMAÇÃO pura [...] movendo-se exclusivamente num plano intelectual. É antes de tudo apêlo à atividade e comunhão social, ou, então, liberação psíquica. [...] (Camara Junior, 1972 [1941], p. 170-171),

uma “liberação psíquica” mediante a *produção sonora* em se tratando da *linguagem oral* (veja-se *supra*):

[...] A linguagem forma-se na alma do indivíduo através da interação dos mecanismos fisiológicos da produção dos sons e do mecanismo psicológico das associações; ela torna-se um todo que, porém, somente compreendemos na medida em que o decomponemos continuamente em processos físicos e psíquicos. (Cassirer, 2001 [1923], p. 166);

“[...] Assim como o som constitui um elemento mediador entre o objeto e o ser humano, da mesma maneira a linguagem, como um todo, opera entre o homem e a natureza,⁵ que sobre ele age interna e externamente. Ele se rodeia de um mundo de sons, a fim de assimilar e elaborar o mundo dos objetos.” [Vide Humboldt, *Einleitung zum Kawi-Werk* (Introdução à obra de Kawi) [...]]⁵ [...] (Cassirer, *idem*, p. 41, citando-se a obra introdutória de Wilhelm von Humboldt sobre a língua kawi);

[...] em Aristóteles as palavras da linguagem são denominadas “imitações” e a voz humana é considerada o órgão mais adequado à imitação [Cf. Aristóteles, *Retórica III*, 1, 1404a 20 [...]]⁶. Para ele [...] este [*sic*] caráter mímico da palavra não se encontra em oposição ao seu caráter puramente simbólico; este [...] é sublinhado energicamente, enfatizando-se que o som não articulado da sensação, tal como se manifesta já no reino animal, somente se torna um *som lingüístico* quando é utilizado como símbolo^[...]. Ambas as determinações se fundem, na medida em que a “imitação” é empregada aqui naquele sentido mais amplo e na significação mais profunda que Aristóteles lhe atribui, ao compreendê-la não apenas como origem da linguagem, mas também como origem da atividade artística. Entendida deste modo, a própria μίμησις já pertence ao campo da ποιησις, ou seja, da atividade criadora e configuradora. Esta já não consiste na mera repetição de algo dado exteriormente, e

5 nota (parcial) da citação

6 nota (parcial) da citação

sim de um projeto espiritual livre: a aparente “reprodução” (*Nachbilden*) pressupõe, na verdade, uma “prefiguração” (*Vorbilden*) interior. E, de fato, uma observação mais acurada mostra que este momento, puro e independente na forma da configuração artística, se encontra já nos começos elementares de toda reprodução aparentemente apenas passiva [...] Os primeiros indícios desta forma superior de reprodução já se encontram na linguagem gestual, na medida em que esta, nas suas construções mais desenvolvidas, revela, a cada instante, a *passagem* do gesto meramente imitativo para o *expositivo*,⁷ no qual, de acordo com Wundt, “a imagem de um objeto se configura mais livremente, à semelhança do que se verifica na arte criadora em oposição à técnica meramente imitativa”[...].

Mas esta função da *exposição* se apresenta com uma nova liberdade e profundidade, e se reveste de uma nova atualidade espiritual, quando substitui o gesto pelo *som* como instrumento e substrato sensível. No desenvolvimento histórico da linguagem, este processo de substituição não se realiza de maneira imediata. Nas línguas dos povos primitivos⁷ ainda hoje se pode perceber nitidamente que a linguagem gestual não apenas coexiste com a linguagem fonética, como influi decisivamente na sua formação. A cada instante encontra-se aqui aquela interpenetração característica, pela qual os “conceitos verbais” destas línguas somente podem ser apreendidos e compreendidos inteiramente quando entendidos ao mesmo tempo como conceitos mímicos e “manuais” (*manual concepts*). [...] No desenvolvimento da linguagem infantil, igualmente, o som articulado se desprende apenas gradualmente do conjunto dos movimentos mímicos: até mesmo estágios relativamente avançados desta evolução mostram que o som articulado continua inteiramente inserido neste *todo* mímico⁸. Mas, assim que a separação se concretiza, a linguagem, com o novo elemento com o qual agora passa a se mover, adquire um novo princípio básico na sua estrutura. É somente pela mediação física do som que ela desenvolve a sua verdadeira espontaneidade espiritual. Ambos condicionam-se mutuamente: a articulação dos sons transforma-se no meio que permite a articulação do pensamento, e esta cria um órgão mais e mais diferenciado e sensível

7 Denotadora de um eurocentrismo em certo sentido datado, a expressão é desprovida de valor depreciativo na obra de Cassirer.

8 “[...] a frase [...] coordena-se com a mímica — isto é, uma movimentação expressiva da fisionomia, dos braços, da cabeça e mesmo de todo o corpo — [...], a qual pode até substituir palavras ou parte de palavras [...]” (Camara Junior, 1972 [1941], p. 164-165), uma “substituição” atuante na linguagem posta em continuidade pós-ontogênica, a cada possível atualização comunicacional, olvidada a noção antropológica de que as palavras e os “sons” é que teriam substituído os gestos: ora se tem uma “ressubstituição”, portanto.

através da elaboração e formação dos sons. Em comparação com todos os outros meios de expressão mímica, o som possui a vantagem de uma capacidade de “articulação” significativamente superior. A sua fugacidade, exatamente, que o diferencia da *determinação* sensorial-expressiva do gesto, confere-lhe uma capacidade de configuração inteiramente nova; ela o capacita não só a expressar *determinações* rígidas dos conteúdos da representação, como também as mais sutis flutuações e oscilações do *processo* da representação. Se o gesto, por sua natureza plástico-imitativa, parece adaptar-se ao caráter (*charakter*) das “coisas” de maneira mais adequada do que o elemento, por assim dizer, incorpóreo do som, este, por sua vez, adquire a sua liberdade interior precisamente pelo fato de nele se romper esta relação, e porque ele, como um mero devenir, não mais consegue reproduzir imediatamente o ser dos objetos. Do ponto de vista objetivo, ele se torna apto a servir não apenas para exprimir qualidades de conteúdos, mas sobretudo para exprimir relações e determinações formais de relações; do ponto de vista subjetivo, no som se expressam tanto a dinâmica do sentimento quanto a do pensamento. A linguagem gestual ainda não possui um órgão adequado para tal dinâmica, porquanto esta linguagem se mantém estritamente dentro do *medium espacial* e, por esta razão, somente consegue designar o movimento fracionando-o em diversas formas espaciais discretas. Na linguagem fonética, em contrapartida, se estabelece uma relação inteiramente nova entre o elemento discreto e o todo da produção sonora. Aqui, o elemento somente subsiste na medida em que renasce permanentemente: seu conteúdo se funde no ato da sua produção. Mas agora o próprio ato da produção sonora se subdivide cada vez mais acentuadamente em determinações diferenciadas e particulares. À diferenciação e gradação qualitativa dos sons acrescentam-se especialmente a gradação dinâmica através do acento e a gradação rítmica. [...] A simples interjeição, o som isolado que expressa uma emoção e uma exaltação, e que resulta de uma impressão momentânea arrebatadora, passa a fazer parte de uma seqüência fonética coerente e ordenada na qual se refletem a coerência e a ordem da ação. [...] (Cassirer, *idem*, p. 182-186),

reflexões — muito alongadas porque muito densas — que abrangem duas instâncias aparentemente antitéticas do que tenha sido e do que esteja a ser o fenômeno da linguagem: o momento de sua formação ontológica e os momentos de suas atualizações comunicacionais. O que todavia seria a antítese dá lugar à unidade quando se compreende que nas atualizações permanecem os fatores formativos, subjacentes às inovações de qualquer ordem e latentes na potência de se remanifestar, independentemente de suporte físico em se tratando do fator

inspirativo das imagens movimentais, ou seja, em se tratando do próprio espaço físico. Na “atividade lingüística *lato sensu*”, contudo, “vemos [...] a frase_[...] como produto da vida do homem em sociedade [...] apêlo à atividade e comunhão social [...] liberação psíquica” (Camara Junior, *idem*, p. 171, *supra*), atualizada, o mais das vezes, mediante a produção sonora, em que o som substitui o gesto “como instrumento e substrato sensível” (Cassirer, *idem*, p. 184, *supra*), mas preconizar essa substituição não pode, segundo o que proponho, recuar ao momento de formação das imagens que ontogeraram a Língua “na base de uma REPRESENTAÇÃO pura” (Camara Junior, *idem*, *ibidem*, *supra*), porque a imaginação da Língua é, como tal, visual, não sonora, dada pela “determinação sensorial-expressiva do gesto” em “sua natureza plástico-imitativa” (Cassirer, *idem*, p. 185, *supra*). Ora, de todo atualizacional, a produção da frase se tipifica como sonora, situando-se fora da ontogenia lingüística, fora da geração das imagens fundantes, que são as imagens — visuais — do espaço: situando-se, pois, na *ocorrencialidade essencialmente sonora do discurso*.

“*Composição significativa de sons*” para Aristóteles (2000 [século IV a.C.], p. 63; o itálico é meu), a frase parece conter em seus modos de entendimento aquele hibridismo característico do que se *compõe* para *significar*, não sendo dado como entidade fixa, mas compondo-se, e compondo-se para dizer algo, por meio de “sons”, “cadeia sonora com seus acentos principais e secundários” que a frase “materialmente [...] constitui” segundo Cunha e Cintra (1985, p. 59), que qualificam as frases como “as verdadeiras unidades da fala” (*idem*, *ibidem*), em “gradação dinâmica através do acento e [...] gradação rítmica” (Cassirer, *idem*, p. 186, *supra*). A ideia do que seria certo *arranjo com-posicional* é açambarcada pela ideia de *uni-dade*, que reaparece em Carone (1991 [1986], p. 47; o segundo itálico abaixo é meu), e o epíteto *significativa*, que acima traduz Aristóteles, parece mesmo subsumido à ideia de *com-municação*⁹:

O termo *frase* tem uma abrangência muito grande, o que o torna pouco preciso.¹⁰ Ficaremos, aqui, com a concepção de frase como *unidade de comunicação* — quaisquer que sejam suas dimensões e sua estrutura [...],

9 Note-se a cadeia etimológica

commūnicatio{*n*[*e*(*m*)]} < *commūnico* < *commūnis*, -e, < *com-* + *mūnis*, -e; *mūnis*, -e, < raiz **mei*, “trocar” (veja-se Torrinha, 1945 [1937]),

ideia de “troca *com-partilhada*”, em que a redundância etimológica está a objetivar “a estrutural legitimidade da *redundância*, fato genético da Língua que atesta — porque explicita — a coerência que a organiza” (Alonso Júnior, 2023, p. 556), aqui uma “troca compartilhada discursivamente”.

10 “[...] [a sílaba é] uma das unidades lingüísticas difíceis de se definir — característica que partilha com [...] [a] palavra e [...] [a] frase [...]” (Ferreira Netto, 2001, p. 141)

unidade discursiva, portanto. Tradicionalmente enquadrada como objeto de estudo da Sintaxe¹¹, a frase guarda, todavia, sua força definitória centrada no caráter de unidade comunicativa, qualquer que seja sua estrutura, ou seja, qualquer que seja o jogo construcional de suas partes, qualquer que seja o modo de relação de seus espaços internos, qualquer que seja o desenho de sua “especialidade interna”.

Essa espacialidade, porém, não carece de verdade ontológica no mundo representacional, onde é desenhada. Aí se está no mundo da representação sintagmática, e isso parece apontar a motivação para o arrolamento da frase entre os estudos sintáticos, mas a seu caráter discursivo não falta reconhecimento, assumindo-se-lhe uma dimensão relacionada à *entoação*, atributo de uma dimensão maior, que é a dimensão dos “sons”. Veja-se a assunção fácil de Mattoso Camara (Camara Junior, 1972 [1941], p. 162-163, item *Frase e discurso*), apoiada em Karcevski (1931), quanto ao fato de a entoação marcar a constituição da frase, e em Gardiner (1932), quanto a ser a frase nada menos do que “a unidade do discurso” (veja-se abaixo; veja-se também acima, quando Mattoso Camara toma parenteticamente como pressuposto o caráter discursivo da entidade frasal: “a frase — como unidade do discurso — é uma criação do indivíduo”, *supra*):

A utilização dos elementos da língua nas diversas situações da vida social constitui o DISCURSO [...]

Partindo-se da distinção fundamental entre língua e discurso, é fácil definir a FRASE como – a unidade do discurso (Gardiner, 1932, 63). Resulta da atualização dos elementos da língua, por parte de um determinado indivíduo, num determinado momento de sua vida social. Desenvolve-se então um pequeno “drama”, onde um FALANTE se dirige a um ou mais OUVINTES sôbre um ASSUNTO em determinada SITUAÇÃO concreta (Gardiner, 1932, 189), embora o seu propósito possa variar,

11 Em Prova de concurso público para acesso à carreira diplomática brasileira (Brasil, 2009, p. 1), considerou-se correta a seguinte afirmação:

[...] O vocábulo [*sic*: *A palavra*] “posição” (v.15) [“As palavras eram livres de gramáticas e / podiam ficar em qualquer posição.”, versos 12 e 13 (edição aqui consultada) do poema *Canção do ver*, de Manoel de Barros (Barros, 2010, p. 425), apresentado como epígrafe deste artigo] refere-se à sintaxe, entendida como disposição harmoniosa de partes ou elementos da frase.

Entender “a sintaxe [...] como disposição harmoniosa de partes ou elementos da frase” (*supra*) é entendê-la segundo a “harmonia” conveniente às intenções do discurso: é entendê-la como uma *sintaxe discursiva* (veja-se abaixo, na sequência do corpo deste artigo).

concentrando-se êle ora em si mesmo, ora no ouvinte, ora no assunto, dentro da situação em que fala [...].

[...]

A marca lingüística da atualização de um ou mais vocábulos, para constituir a frase, é a ENTOAÇÃO, ou TOM FRASAL¹² [...]. Insiste nesta circunstância, com razão, o lingüista polonês Karcevski: “A frase é uma unidade de comunicação atualizada. Não tem estrutura gramatical própria.¹³ Mas possui uma estrutura fônica particular, que é a sua *entoação*. É precisamente a entoação que faz a frase. Não importa que vocábulo ou reunião de vocábulos, não importa que forma gramatical, não importa que interjeição podem, se a situação exige, servir de unidade de comunicação. A entoação vem proceder à *atualização* desses valores semiológicos virtuais, e, desde êsse momento, achamo-nos em presença de uma frase” (Karcevski, 1931, 190). [...] Uma palavra, enunciada isolada numa dada situação social, só aparentemente é igual à que se encontra num dicionário, pois é esta palavra acrescida de uma entoação frasal. Por isso.^[sic] se torna uma frase [...].

A entoação é fator realizacional, em si mesmo fonético, a que de fato se pode atribuir estatuto fonológico — provido de “estrutura fônica” (*supra*, Camara Junior, *idem*, p. 163, citando-se Karcevski, 1931, p. 190) — em função de suas implicações semântico-pragmáticas, “nem se pode[ndo] dizer que a distinção só existe na língua oral, pois na escrita a entoação está latente e é necessariamente evocada pela leitura” (Camara Junior, *idem*, *ibidem*, nota de rodapé). Sua natureza, no entanto, é que me faz considerá-la fator não *stricto sensu* linguístico, uma vez que sua realização parece depender inteiramente da

12 A palavra *tom* aqui me parece pouco compreensiva, usada talvez por relação metonímica com *tonalidade*, a primeira propriamente veiculadora da ideia de ponto fixo na escala dos sons, a segunda estendida à harmonia, portanto relação entre pontos fixos. Para a ideia de “entoação” está a ideia de linha melódica, a que associa a ideia de harmonia por outra relação metonímica: ao lado da associação vertical e simultânea entre pontos fixos, a compor a harmonia, ora está a associação horizontal e prospectiva entre pontos, a *entoar* a melodia, dando-lhe a *entoação*, ou seja, fazendo-lhe oscilar o colorido desenho melódico característico da frase, extensamente harmonizado com a intenção do falante ao longo de toda a prolação frasal.

13 Mattoso Camara, ele mesmo, fala de “sua natureza gramatical” (Camara Junior, 1972 [1941], p. 179), ao resenhar o que seria a frase em sua gênese, segundo determinada teoria psicológica. Ora, aí se está discutindo exatamente qual seja a porção de material linguístico que se tenha de angariar a uma frase para que ela se integralize. Dito está que o enroupamento linguístico é rebocado à frase em formação, não constituindo “sua natureza”.

intenção frasal do falante¹⁴, em sua “liberação psíquica” (*idem*, p. 171, *supra*), no contexto, discursivo, que ele co-constrói com seu(s) ouvinte(s), real(-is) ou imaginário(s). Assim, também se aplica aos modos de entendimento da entoação o que acima chamei “hibridismo” para os modos de entendimento da frase, cujos constituintes considero “ordenados segundo um critério discursivo, mais do que sintático” (*supra*, Resumo deste artigo):

[...] a ordenação dos constituintes [...] [e] [...]o fator entoação [...] [são] elementos importantíssimos para a discursividade, os quais, entretanto, afasto de minha análise molecular-ontogênica, por considerá-los afetos à realização do texto mais do que à ontogenia da Língua, mais atinentes à tessitura emergencial do *tecido-em-ação*, veiculador da mensagem, do que concernentes ao engendro molecular do *sistema-em-potência*, re-gerador das metáforas[...] (Alonso Júnior, 2023, p. 412-413),

elementos próprios, portanto, ao discurso disposto em Língua, não à Língua a dispor-se em discurso.

| Para além do emparelhamento entre forma e função: “a iconicidade que busco”

Quando afirmo que expressões como “mais à direita” e “mais à esquerda” nada dizem sobre Língua, estou incontornavelmente qualificando o espaço da frase como carente de importância linguística *stricto sensu*, ou seja, carente de importância para uma linguisticogênese reveladora do que faça a Língua ser Língua, assim carente de importância para o engendro da **natureza das relações linguísticas**, que propugno **moldadas à imagem do espaço físico do mundo**, à imagem das relações de deslocamento aí implicadas, imagetizadas então segundo a cinemática do mundo externo à Língua, este espaço em que nos encontramos, “aquilo para o que os gregos não possuíam nem uma palavra nem um conceito” (Heidegger, 2008 [1967], p. 260) e que proponho como uma espécie de pré-face da própria Língua. Assim se teriam Língua e mundo como duas faces da mesma moeda segundo a parêntese *representação-repraesentandum*, na ordem ontológica “*mundus-repraesentandus* → *Lingua-repraesentatio*”, mundo-espaço em que “vamos **a**” e “voltamos **de**”, Língua-imagem em que aquele ir e este voltar se imagetizam rodeados de suas relações então implicadas, que são

14 “[...] o que dá a uma enunciação o caráter de unidade frasal, como estabelece Gardiner, é trazer ela em si ‘um propósito definido’ da parte de quem a emprega. Assim caracterizando-a, fundamentamo-nos na intenção do falante. [...]” (Camara Junior, 1972 [1941], p. 164)

o lugar **a** onde se vai, o ponto **de** onde se volta, e seus possíveis desdobramentos, numa *iconicidade que ultrapassa o emparelhamento entre forma e função*:

[...] A iconicidade que busco é uma iconicidade escondida na Língua e ao mesmo tempo patente para um olhar sensível ao movimento ontogenicamente inspirador: é uma iconicidade “viralmente produtiva” na Língua, dentro da própria Língua, porque aí, nesse espaço interior [espaço interior da própria Língua, não da frase], se mantém a lembrança do espaço externo, que construiu e constrói o arsenal metafórico que faz a Língua ser para si em sua interioridade molecular e a faz ser para nós em sua potência de sempre redizer o mundo. [...] (Alonso Júnior, 2023, p. 86).

A forma da Língua é a forma do mundo, que inspira o desenho molecular da Língua, de todo interno a ela, e nela se mantém nos desdobramentos metafóricos que propiciam as especializações discursivas da frase.¹⁵ A frase se desenha depois, em seus espaços de escolha, já alheia aos traços que vão do espaço do mundo para o espaço nuclear da Língua, porque aí o desenho já está traçado e pronto para acolher as cores que o matizarão discursivamente; a forma já está formada e então se entrega à pintura requerida pelos matizes discursivos da vida.

É meu “reducionismo franco” que, dialeticamente, pretende ultrapassar o emparelhamento entre forma e função. Veja-se, em Alonso Júnior (2023, p. 107-120), relativamente ao paradigma da chamada Gramática de Construções, minha tentativa de retrodatá-lo longamente, associando-o mesmo ao aristotelismo, à “elaboração aristotélica daquilo que possa ser uma intelecção metafísica do fenômeno do movimento” (Alonso Júnior, *idem*, p. 111). Realizo ali certa relativização de pressupostos trazidos por Adele Goldberg (1995), subsumindo-os ao reducionismo que assumo. Nomeadamente, relativizo, procurando mesmo neutralizar, a asserção segundo a qual da “construção de movimento causado” se teriam herdado a “construção dativa” e a “construção resultativa”. Lilian Ferrari (2011, p. 140) acrescenta ao modelo teórico de Adele Goldberg “um caso não abordado especificamente por Goldberg, mas plenamente explicável com base em seu modelo teórico: a relação de herança entre a construção dativa e a construção de discurso reportado, mediada pela metáfora do conduto [...] a metáfora do conduto permite a conceptualização da comunicação verbal como transferência física [...]”, “relação de herança” que também procuro neutralizar.

¹⁵ “[...] estou tentando aqui certa molecularização da análise, por via de uma interpretação molecular da construção, a partir de um entendimento obsessivamente relacional da forma [...]” (Alonso Júnior, 2023, p. 720)

Em tenso diálogo com aquelas ideias, ao longo do qual as ponho em contato filosófico-linguístico com determinadas considerações de Cassirer (2001 [1923], p. 323), Heidegger (2008 [1967], p. 258-263, a interpretar Aristóteles) e Talmy (2000, p. 25-26 e 215), assim perfaço aquela tentativa de neutralização (para que se veja, nos meandros de sua íntegra, todo o percurso argumentativo ali presente, vá-se a Alonso Júnior, *idem*, p. 107-120):

[...] em qualquer sentido, e em qualquer momento da Língua do qual se creia ter notícia, a “construção dativa” (“X CAUSAR Y a RECEBER Z”¹⁶) **é** a construção sintática de “movimento causado” (“X CAUSAR Y a MOVER Z”¹⁷), no sentido de que “ambas” as construções — que são a mesma em seu núcleo movimental — são unamente moldadas, *ab origine*, segundo a imagem una do movimento de *lugar para onde*, razão pela qual devo mesmo neutralizar a importância da ideia de “construção de movimento causado” para a apreciação de uma ontogênese linguística metafórico-movimental.

[...]

[...] a construção sintática de “discurso reportado” **é** a “construção dativa”, novamente no sentido de que “ambas” as construções — que são a mesma em seu núcleo movimental — são unamente moldadas, *ab origine*, segundo a imagem una do movimento de *lugar para onde*¹⁸; a “construção dativa” **especializa-se**, isto sim, na construção sintática de “discurso reportado”, sem deixar de ser “construção dativa”, razão pela qual se verifica a construção clássica de “discurso reportado” a conter o *caso dativo*. Assim, devo neutralizar também a importância da ideia da mediação que seria empreendida pela *metáfora do conduto* na

16 Ferrari, 2011, p. 137

17 *idem*, *ibidem*

18 “A aparente passagem de

‘Ele deu o livro para Sarah/Diana’ [...]

a

‘Ele disse a verdade para Diana’ [...]

objetiva sua aparência de passagem no preenchimento lexical, em que se tem, de uma parte, a ultramaterialidade de ‘livro’ e o comportamento de ‘dar’, que, se contém algo de físico, o deve à natureza ultramaterial do objeto dado, e, da outra parte, a absoluta imaterialidade de ‘verdade’ e o comportamento de ‘dizer’, que, se, por sua vez, contém algo de físico, então o deve à natureza mecânica do comportamento de ‘falar’, secundariamente embutido em ‘dizer’. De uma parte se dá o livro, como se poderiam *dar virtudes*; da outra parte *se dá a verdade*, porque a dizer é dá-la àquele a quem se diz: assim como é ontogerada a imagem de que o livro caminha fenomenicamente *para* o lugar ‘Sarah’ ou *para* o lugar ‘Diana’, ontogera-se a imagem de que *a verdade caminha* também fenomenicamente *para* um daqueles lugares. Já aí está fragilizada a proposição de ‘relação de **herança** entre a construção dativa e a construção de discurso reportado, mediada pela metáfora do conduto’ (*supra* [Ferrari, 2011, p. 140]; o negrito é meu) [...].” (Alonso Júnior, 2023, p. 119)

suposta “relação de herança entre a construção dativa e a construção de discurso reportado [mediada pela metáfora do conduto]” (*supra* [Ferrari, *idem*, p. 140]), porque, para minha apreciação de ontogênese linguística metafórico-movimental, há mais uma identidade, ora entre a *metáfora do conduto* e o que venho aqui propondo como metáfora inaugural da Língua, essencialmente espaço-movimental, **especializável** na *condução* da própria linguagem, no *conduto linguístico*, porque o “con-du(c)to” é a própria *metá-fora*.

Neutralizada a importância da ideia de “construção de movimento causado” para uma apreciação ontogênica, “a relação [“laço de herança metafórico”] entre a Construção de Movimento Causado e a Construção Resultativa, que indica uma mudança de estado” (*idem*, p. 140) subsume-se à própria relação entre qualquer movimento e seu resultado, em nível ontológico; em nível representacional, aqui se subsume à *imagem do movimento de lugar para onde*, lugar que, uma vez atingido, configura a “mudança de estado” e caracteriza o resultado.¹⁹ Para a formalização

19 “Em convergência com a [...] espécie de subsunção geral ao ‘dinamismo’ proposta por Talmy [...] [2000, p. 215], a sofisticação da ‘mobilidade’ heideggeriana [...] [2008 [1967], p. 258-263] imporia determinada correção ao axioma ‘Mudança de Estado é Mudança de Local’ [assumido pela Linguística Cognitiva], uma vez que ‘uma planta [...], enraizada em seu ‘lugar de paragem’, ‘*não* se move, na medida em que ocupa o mesmo lugar’, mas ‘pode mesmo assim estar na mobilidade’ e então ‘cresce (aumenta) ou define (decrece)’, ou seja, **muda**; ora, **mudar** é um comportamento que prescinde de deslocamento, prescinde, pois, de movimento cinemático, mas o que o axioma pretende, ao dizer que ‘Mudança de Estado é Mudança de Local’, é dizer que, **para expressar ‘mudança de estado’, a Língua expressa algo objetivado em ‘mudança de local’**, algo que, fora da sofisticação propriamente filosófica verificada em Heidegger na busca da lição aristotélica, é algo *como que* ‘mudança de local’, algo *metaforicamente identificado com* ‘mudança de local’, algo que, na metaforicidade *como que* ‘pré-filosófica’ que atribuo à ontogênese da Língua, então imagetiza ‘mobilidade’ *como que* a imagetizar ‘mudança de local’; é algo que, naquela generalidade ampla com que caracterizo ora a infância da Língua, diz ‘mudança’ dizendo ‘movimento’, um movimento também amplo e genérico, como se, ao formalizar-se

*a planta mudou **de** verde **para** amarela,*

então se expressasse ‘mudança de estado’ expressando-se ‘mudança de local’, segundo a imagem de que, para mudar

do estado verde

para o estado amarelo,

a planta se *alterasse* não se tornando *outra*, mas separando-se do **lugar** em que metaforicamente estaria e dirigindo-se ao **lugar** em que metaforicamente viria a estar, ou seja, metaforicamente se afastando

de

o *arqui-frame* que a caracterizava [veja-se Alonso Júnior, 2023, p. 17, 20-23 *et passim*] e no qual estaria toda a ‘verdura’ concebível e metaforicamente se aproximando

a(d)

“Ele esfregou a mesa até brilhar” (*supra* [*idem, ibidem*]),

ontogera-se a *imagem* de que o comportamento “esfregar” *caminha* metaforicamente *para* o **lugar** “brilhar”, e esse caminhar, ora metafórico, *até brilhar*, esse encaminhar-se ao lugar do brilho, esse dirigir-se *até* o lugar representado pelo nome-substantivo-infinitivo *brilhar*, é mesmo o alvo que define o resultado do movimento, portanto movimento de *lugar para onde*, cuja *imaginação* é suficiente para a formulação ontogênica.

Ora, a identidade construcional que proponho só é mesmo identidade porque, por sua vez, se subsume à iconicidade entre mundo e Língua, entre “*mundus-repraesentandus*” e “*Lingua-repraesentatio*”, entre movimento no mundo e desenho da Língua, ultrapassando o emparelhamento entre forma e função e estando *aquém* da coloração discursiva da frase. Essa coloração, então, está *além* da linguisticogênese, e os lugares de sua paleta, os segmentos frasais — a “espacialidade interna” das línguas naturais, o “espaço da frase” —, é pintura que já desconhece o esboço do desenho linguisticogênico, como a não se lembrar do espaço do mundo que constituiu as imagens da Língua.

Mais do que o “espaço da frase”, o que, no limite, estou qualificando como carente de importância linguística *stricto sensu* é a própria frase. Ora, o espaço da frase e a própria frase não são representações propriamente icônicas: produtos bastante indiretos disso, são respectivamente ramos terciário e secundário do que seria uma iconicidade desenhada em Língua, segundo o que proponho.

O espaço da frase é rescaldo representativo a que nossa materialidade nos obriga porque precisamos realizar o ato de expressar, e efetivamente o realizamos de algum modo, desferindo sons no espaço aéreo do mundo,

o *arqui-frame* no qual estaria toda a ‘amarelidão’ concebível e em cuja característica ela se imbuirá: movimentando-se, pois,

de um *arqui-frame-lugar*

a(d), *per a(d)* outro *arqui-frame-lugar*,

de um **lugar**

para outro **lugar**,

movimentando-se *metaforicamente* no **espaço**, *como que* aí se deslocando, *como se* ‘mudança de estado’ fosse ‘mudança de local’, justamente porque **mudança de estado é movimento.**” (Alonso Júnior, 2023, p. 114-115)

rabiscando traços em algum suporte visualizável desse mundo, sons após sons, traços após traços, na ordem linear da expressão material da frase: um traço e depois outro traço “mais à direita”; um traço e depois outro traço “mais à esquerda” se formos falantes árabes, o que sugere a irrelevância linguisticogênica da sequenciação posicional.

A frase, por sua vez, é uma senhora mais sofisticada, decerto vetusta tanto quanto nós, porque, desde que nos comunicamos, nos comunicamos em frases, frases de lata formulação e também frases de uma única palavra, mas sempre frases, verdade que assegura a importância da frase para o próprio ato de comunicação. Disso se deduz que a instituição da frase e a do próprio discurso remontam ao momento imponderável em que nós mesmos nos constituímos, mas não se deduz a discursividade como fator ontogênico da Língua, estatuto que reservo às imagens da nossa gestualidade cinemática, simultaneamente causa primeira e fator de manutenção. A importância da frase para o próprio ato de comunicação está, portanto, para o ato mesmo de comunicação, não para o ato de formulação da Língua, atos diversos, como são diversos o ato de atualizar uma representação e o anterior ato de engendrar-la, ou seja, o anterior ato de atualizar as potências representativas que aí redundam na confecção da Língua, na “linguisticogênese” que busco, então na gênese de uma Língua que considero provida de uma ontologia que a faça mesmo onto-gerada. Assim é que a importância da frase está rigorosamente para o discurso, não para a sintaxe, o que, em termos que proponho, equivale a dizer que esteja para uma Sintaxe discursiva, não para uma Sintaxe ontogênica:

[...] [a] parte lingüística_[...] que se extrai da frase no discurso_[...] constitui a frase da língua *lato sensu*. Nela se combinam os signos representativos da língua *stricto sensu* [...] e os elementos estilísticos, que carregam a “manifestação psíquica” e o “apêlo” [...] (Camara Junior, 1972 [1941], p. 165);

[...] Qualquer expressão linguística exhibe ao mesmo tempo características lexicais, **discursivas**, semânticas e **gramaticais** [incluída, pois, a sintaxe]. (Castilho, 2010, p. 77; os negritos são meus),

ora o desenvolvimento de um dos postulados por meio dos quais Ataliba de Castilho (2010) apresenta sua “abordagem multissistêmica” (*idem*, p. 243 e 289) — “as estruturas linguísticas são multissistêmicas” (*idem*, p. 69 e 76) —, segundo “a teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista” (*idem*, p. 68 e 69): aí se inclui, assim, o que talvez se possa denominar “a expressão sintática do discurso”, a compor uma *sintaxe discursiva* no *multissistema* desta ou daquela língua natural, plenificado em sua inteireza pós-ontogênica.

Não está equivocada, portanto, a expressão “sintaxe da frase portuguesa”, bastando que se acredite na distinção entre “língua portuguesa” e outra língua: acreditar nessa distinção é considerar esta ou aquela língua em suas respectivas discursividades, expressas em suas respectivas fraseologias:

É da análise dos padrões frasais, resultantes da maneira por que em cada língua aí se joga com a ordem, a associação e a concordância entre os vocábulos, que trata a parte da gramática tradicionalmente chamada SINTAXE [...]” (Camara Junior, 1972 [1941], p. 167),

uma Sintaxe todavia discursiva, não ontogênica, porque esses “padrões frasais” são mesmo frasais, ou seja, são estabelecidos sobre as imagens do espaço e dos movimentos cinemáticos **já transfiguradas em Língua**, tomada a concordância como fator opcional-normativo²⁰ e considerada “a associação dos vocábulos [“de acôrdo com a sua categoria”]” (Camara Junior, *idem, ibidem*) como fator correspondente a uma sofisticação pós-primeva. Trata-se, pois, de padrões frasais pós-estabelecidos sobre a imagética primeva da Língua.

É parte do “padrão frasal” de certa língua crioula denominada *tok pisin* — o crioulo inglês de Papua-Nova Guiné — a “demarcação” morfemática, mediante o “marcador” *ia*, tanto do sintagma nominal como das orações adjetivas. Veja-se:

[...] o advérbio do inglês *here* (= aqui), refonologizado em *tok pisin* como *ia*, aparece **demarcando fronteiras sintático-discursivas** do sintagma nominal, como, por exemplo, em:

[...] *Dok ia, em naispela dok*

//cachorro + ia/ ele/ simpático/ cachorro//

“Este cachorro, ele era um cachorro simpático.”

Similarmente, o marcador *ia*, que aparece **fechando** o sintagma nominal *dok* [...] [no exemplo anterior], é implementado no sistema de subordinação emergente, estabelecendo as **fronteiras laterais** das orações adjetivas, conforme testemunha[...] o[...] exemplo[...] [...] abaixo.

[...] *Meri ia, em i yangpela meri, draipela meri ia, em harim istap*

//menina + ia/ ela/ jovem/ menina/ grande/ menina + ia/ ela/ escutar [...]//

“Esta menina, que era uma menina jovem e grande, estava escutando.” (Alkmin; Tarallo, 1987, p. 137-138; os negritos e a sublinha são meus),

²⁰ “[...] a concordância gramatical é trabalho plástico a que a Língua se dá para *explicitar* relações de mundo, relações que, entretanto, não se apagam — no mundo — tão só porque não se explicitaram — na Língua [...]” (Alonso Júnior, 2023, p. 499)

descrição altamente evocadora da “espacialidade interna” da língua em questão, “estabelecendo[-se] as **fronteiras laterais** d[...][e] orações”, “**fechando**[-se] [...] sintagma[s]” e “**demarcando**[-se] **fronteiras**” que são “fronteiras” exatamente “sintático-discursivas” (*supra*; os negritos e a sublinha são meus), ou seja, são “fronteiras” de uma *Sintaxe discursiva*, não ontogênica, por mais que a ontogenia recente daquela língua — atualização sistêmica de uma ontogenia primeva — tenha feito presente a “materialidade” daquele advérbio, no exercício daquela função: mais do que “demarca[...][r] fronteiras”, tal função é demarcar referências. Ali se tem mesmo um advérbio locativo, não porque *here* “signifique” “aqui”, não porque *ia* advenha de *here*, mas porque, ao emanar de *here*, a entidade *ia* mantém-lhe o matiz referencial-locativo, como a dizer-se

“este cachorro *aqui*, ele era um cachorro simpático”,

dok ia, em naispela dok,

espécie de ênfase referencial que se coaduna com a topicalização irrefutavelmente constituída aí (como fazemos “aqui”, em “língua portuguesa”), em que o “espaço da frase” é mesmo o espaço do discurso, numa iconicidade ora não entre mundo e estrutura molecular da Língua, mas entre a fraseologia desta ou daquela língua e a intenção deste ou daquele discurso. A mesma ênfase parece estar em

“esta menina *aqui*, ela era uma menina jovem, grande esta menina *aqui*,; ela estava escutando”,

meri ia, em i yangpela meri, draipela meri ia,; em harim istap,

em que a discursividade da topicalização ora se incorpora na molecularidade da **parataxe**, que, *altera facie* da movimentalidade, proponho constituir a Língua (veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*):

“esta menina aqui, **ela** era uma menina jovem, grande esta menina aqui ,; **ela** estava escutando”,

meri ia, em i yangpela meri, draipela meri ia ,; em harim istap,

esta menina aqui /, ela era uma menina jovem, grande esta menina aqui /,; ela estava escutando,

meri ia /, em i yangpela meri, draipela meri ia /,; em harim istap,

esta menina aqui

/

ela era uma menina jovem, grande esta menina aqui

/

ela estava escutando,

meri ia

/

em [**ela**] *i yangpela meri, draipela meri ia*

/

em [**ela**] *harim istap,*

sem qualquer entidade que se deva entender como pronome relativo a compor subordinação, porque não há subordinação ontogênica, para aquém da “subordinação emergente” referida por Alkmin e Tarallo (veja-se *supra*); segundo o que proponho (veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*), a parataxe primeva indicia “certa compleição semântica” (Alonso Júnior, 2002, p. 14) daquilo que historicamente se passa a entender como “pronome relativo”, pronome pessoal reto (*em*, “ela”) na construção crioula em foco, em que a oração

em [**ela**] *i yangpela meri, draipela meri ia,*

que “traduzo” ontogenicamente por

ela era uma menina jovem, grande esta menina aqui,

se intercala na formulação

meri ia, em [**ela**] *harim istap,*

que traduzo topicalizadamente por

*esta menina aqui, **ela** estava escutando,*

ausente qualquer emolduração do que se poderia dizer “hipotático”, presentes os elementos de uma referencialidade forte, estruturalmente amparada na **parataxe**. Perceber a parataxe como fator primevo e co-constitutivo da Língua, ao lado da movimentalidade cinemática, é exigência para a ontogenia linguística aqui buscada, aquém de qualquer “subordinação emergente” neste ou naquele “padrão frasal”, em antecedência ontológica à atualização discursiva da fraseologia típica desta ou daquela língua dita natural.

| Co-constituição: movimentalidade-parataxe

A distinção semântica entre a frase

(1) *o lobo devorou o cordeiro*

e a frase

(2) *o cordeiro devorou o lobo*

funciona como distinção inequívoca em “língua portuguesa”, bem como inequívoco é o fato de que isso se deve à “ordem das palavras na frase portuguesa”. Ora, essa ordem é rigorosamente frasal, o que se tem de entender como a identificação do sentido segundo a ordem *ad hoc* estabelecida na frase, e então se tem de entender como hábito de formulação e de intelecção, uma espécie de pacto forte, porque recorrente, entre falante e ouvinte. A recorrência parece estar ligada a uma conveniência comunicacional: a conveniência está na segurança de que ali se sabe quem devorou e quem foi devorado, ainda que não haja iconicidade entre, de um lado, o comportamento e seu objeto e, do outro, a posição da expressão frasal do comportamento e a posição da expressão frasal de seu objeto, e ainda que não haja iconicidade, especificamente, entre, de um lado, o comportamento e seu objeto e, do outro, a posição da expressão frasal do comportamento e, **depois**, a **subsequente posição da expressão frasal** de seu **objeto**, ou seja, ainda que não haja iconicidade pautada em certa precedência ontológica do ato sobre seu objeto, na pressuposição de que se deve realizar algum comportamento para que haja sentido em expressar um objeto sobre o qual o comportamento possa incidir, segundo a ontologia de algum mundo possível. Uma iconicidade aí pautada convidaria a realizar a expressão do comportamento necessariamente antes de realizar a expressão

do objeto na ordem linear da frase, necessariamente se antepondo a expressão daquele à expressão deste, em contrariedade com o hábito posicional das línguas clássicas, nas quais se costuma expressar o comportamento no final da frase, portanto depois de haver expressado o objeto:

[...] No latim [...] a ordem *typica* dos membros da proposição era – o sujeito no *principio* e o predicado *grammatical* (verbo)²¹ no *fim* da proposição, e *entre elles* os complementos²²: *Brutus Cæsarem accidit* — *Labor omnia vincit*.

Em portuguez a construcção *typica* deve ser a ordem *directa* ou *analytica* – *sujeito + predicado + complementos* (do predicado): — *Bruto matou a Cesar* — *O trabalho vence tudo*. É esta a ordem *logica*, que obedece á sequencia natural das idéas. [...] (Pereira, 1919 [1916], p. 310).

Ora, essa contrariedade, coadunada com a ausência de iconicidade necessária, testemunha a desnecessidade ontológica da “ordem das palavras” para a inteligência do que seja Língua.

A propriedade das expressões “ordem *typica*” e “construcção *typica*”, que se veem acima (Pereira, *idem, ibidem*), indicia mesmo uma tipicidade, uma tipicidade propriamente frasal, “padrão frasal” segundo a habitualidade cristalizada entre falantes e ouvintes ora da “língua portuguesa” e a habitualidade que depreendemos haver-se cristalizado entre falantes e ouvintes outrora da “língua latina”: *escritores e leitores* e também *falantes e ouvintes* no acontecimento da frase, segundo o que se pode depreender, por exemplo, dos diálogos de Plauto. Trata-se daquela “espécie de pacto forte, porque recorrente, entre falante e ouvinte”, expressão com que pretendo evocar o que se entenda como atitude discursiva, a estabelecer, na frase, um “*elan* estilístico” (veja-se, *supra*, Camara Junior, 1972 [1941], p. 170) então precisamente automatizado em “norma coletiva”. Essa “norma” é uma norma linguística, mas é uma norma linguística segundo “[a] parte lingüística_[...] que se extrai da frase no discurso_[...] [e] constitui a frase da língua *lato sensu*” (*idem*, p. 165, *supra*), portanto é sobretudo uma norma comportamental, estilística, discursiva. Nada há aí de estritamente linguístico: à “sequencia natural das idéas”, evocada acima (Pereira, *idem, ibidem*), obedece uma “ordem *logica*” (*supra*) no rigoroso sentido de que àquela sequência co-responde linguisticamente uma ordem do *λόγος*,

21 “[...] *Grammatical* é o predicado expresso pelo verbo da oração [...]” (Pereira, 1919 [1916], p. 286)

22 A discriminação deve-se à metalinguagem que especifica como “*Total* ou *logico* [...]” o predicado expresso pelo verbo conjuntamente com todos os seus complementos, se os houver. Excluído o sujeito, o resto da proposição é o predicado *total*, que pôde coincidir com o *grammatical* [...]” (Pereira, *idem, ibidem*).

do discurso, das palavras no discurso, “ordem das palavras na frase”. Não há aí nada de linguístico *stricto sensu* porque não há aí nada de lógico-metafísico, não há aí nada de ontológico.

A própria contrariedade entre “a ordem das palavras na frase portuguesa” e “a ordem das palavras na frase latina” testemunha aquela ausência de ontologia, porque não faz além de testemunhar a desnecessidade ontológica da “ordem das palavras”. Substituir a ausência de ontologia pela presença de história não parece então suficiente para trazer “a ordem das palavras na frase” para o interior nuclear da Língua, porque esse interior não pode ser desprovido de ontologia, segundo o que proponho. A “atitude discursiva” representada por aquela ordem permanece discursiva *stricto sensu*, ainda que isso não seja abalizado com clareza. Em sua *Grammatica Historica*, Eduardo Carlos Pereira (Pereira, *idem*) parece imiscuir a conveniência comunicacional da ordem discursiva com o gênio próprio da Língua:

[...] Quando queremos dar proeminencia ao predicado, collocamo-lo no topo da phrase, e lhe pospomos o sujeito. [...] (Pereira, *idem*, p. 311),

a que se acrescentam as observações (“**Obs.**”)

Obs. Succede, ás vezes, nas proposições interrogativas, quereremos dar emphase ao sujeito, que, neste caso, é collocado antes do predicado, ou no topo da oração [...] (*idem, ibidem*, “**Obs.**”);

Obs. A emphase póde chamar o sujeito para a frente [...] (*idem*, p. 312, “**Obs.**”),

embora se discriminem

[casos] em que o genio da lingua requer de ordinario a posposição do sujeito ao predicado (*idem*, p. 312),

em que não se especula o que é que, do “genio da lingua”, requer a posposição. Ora, não se trata do gênio inerente à Língua; trata-se do gênio inerente à frase, a cada frase realizada no discurso, conforme “queremos dar proeminencia”, se “succede [...] queremos dar emphase”, consoante “a emphase póde [...]”. O fator *ad hoc* requerido é, uma vez mais, a ênfase pretendida na frase, segundo o matiz a que o discurso conduz a elocução. Estamos aí distantes de qualquer fator ontogênico.

O repisado argumento histórico de que o desaparecimento dos casos tenha dado lugar à importância da “ordem das palavras na frase” é favorecido por uma consensualidade que me parece reveladora. O *resultado linguístico* dessa *ordem discursiva* é ouvido e lido na linearidade da frase; enche nossos olhos e preenche nossos ouvidos como elemento facilmente visível e segmentável, dando azo a certa obsessividade que lhe aumenta a importância. Na esteira de Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875), Pereira (*idem*, p. 313), em mais uma observação (“**Obs.**”), abona a focalização do fator “ordem das palavras” na apreciação de segmento textual em que algo causa espécie quanto a seu arranjo sintático:

Obs. [...] Crítica A. de Castilho ao P.^e Manoel Bernardes [1644-1710] pela anteposição do sujeito na seguinte construção: *Frei Domingos, vindo de Fortosa... se lhe ajunctou no caminho um moço muito confiado* —, que elle tacha de gallsicismo [*sic*]. Devera ter construido: *Vindo Frei Domingos...*,

não sendo, contudo, “a anteposição do sujeito” o que causa o legítimo estranhamento, que se deve ao anacoluto efetivamente gerado pelo isolamento pontuacional do termo sintático *Frei Domingos*, à guisa de topicalização. O fenômeno está, ora sim, direta e seguramente relacionado à pontuação gráfica ali estampada, à imposição da vírgula que isola o termo (veja-se acima), desprovedo-o de função sintática, embora a ele esteja mantida a função discursiva: a ausência daquela vírgula, deixando-se de isolá-lo, bastaria para estabelecer a seguinte *oração* — conjunto que denomino *expressão de comportamento* (veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*) —

Frei Domingos vindo de Fortosa

ou

Frei Domingos de Fortosa vindo

ou

De Fortosa vindo Frei Domingos

ou

De Fortosa Frei Domingos vindo

ou

Vindo de Fortosa Frei Domingos

ou

Vindo Frei Domingos de Fortosa (conforme se preconiza acima),

entidade una, formalizada como ditas orações “reduzidas”²³, interidênticas em suas relações ontogenicamente internas, diversas em suas possíveis intenções discursivas, porque diversas em suas ênfases, uma vez diversas em suas posições, rigorosamente diversas nas posições de seus “possíveis constituintes frasais”. Ou seja, tem-se a mesma oração, sempre idêntica a si mesma, a perfazer diversas frases, diversas em suas “espacialidades internas”, a par da *identidade ontogênica das relações primevas ali imagetizadas* aquém das especificações frasais, que vêm a ser direcionadas pelas intenções discursivas; a potencial ambiguidade propiciável pela possível relação, dita adnominal, entre os constituintes *Frei Domingos e de Fortosa* —

Frei Domingos de Fortosa

ou

de Fortosa Frei Domingos

(por hipérbato, que considero figura **discursiva**)

— é uma ambiguidade, como tal, estabelecida pela ordenação frasal, ordenação portanto discursiva, em que o grau de previsibilidade (e então de aceitabilidade) e o nível de clareza (ou de obscuridade) são fatores apenas ponderáveis de um ponto de vista exatamente discursivo, a depender de certa dosagem de discricionariedade do formulador da frase: as relações moleculares, dadas pela ontogenia da Língua, já estão ali, prestes a acolher esta ou aquela fraseologia. Sobre o “material” representativo, já “dado”,

Frei Domingos

(considerada a aposição de *Domingos a Frei*,

²³ Considero a denominação historicamente imprópria: não se sofreu processo de redução formal, que justificaria o resultativo *reduzidas*, aplicado às orações gerundiais, às participiais e às infinitivas, engendros anteriores ao das assim chamadas *desenvolvidas*. (Veja-se Alonso Júnior, 2023, p. 374, nota de rodapé, et *passim* quanto a reflexões sobre as *formas nominais do verbo*.)

que preconizo paratática)

e

vindo

(considerada sua arqueologia adjetival,

que também preconizo paratática;

veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*)

e

de Fortosa,

quer sobre a possível relação sintática entre *Frei Domingos* e *de Fortosa*, quer sobre a possível relação sintática, ora dita adverbial, entre *vindo* e *de Fortosa*, ou seja, quer *de Fortosa* se trave aqui ou ali, a imagem ontogenética é sempre a mesma, a desenhar **movimento** de origem, separação, afastamento, indiciado por **de**, portanto movimento de *lugar de onde*, entre “Frei Domingos” e seu lugar de origem, que é “Fortosa”, ou entre a caracterização originária de “Frei Domingos”, que o qualifica acidentalmente como “vindo”, e o lugar do qual a própria caracterização se origina, que é também “Fortosa”, imagem sempre una, inspirada no espaço físico do mundo e num possível movimento cinemático, movimento de *lugar de onde*, a abstratizar-se metaforicamente em sentido gentílico ou a manter sua literalidade em sentido próprio de lugar de onde se veio, não porque “Fortosa” seja literalmente um lugar, mas porque o que está em jogo na ontogenia da Língua são imagens do espaço em que nos movimentamos, imagens entre seus **LUGARES**. Ou seja, (1) o **LUGAR**-pessoa “Frei Domingos” realiza movimento metafórico separativo a partir do **LUGAR**-lugar-literal “Fortosa” — *Frei Domingos de Fortosa* — ou (2) o **LUGAR**-caracterização “vindo” realiza movimento metafórico separativo a partir do **LUGAR**-lugar-literal “Fortosa” — *vindo de Fortosa* —, opção que bem decerto há de explicar o uso daquela vírgula, a separar *Frei Domingos*. Essa identidade imagética, em sua primeira ontogenia, acolhe a fraseologia intencionada, estando-lhe *aquém* histórica e ontologicamente. O que, na ocorrência reportada por Pereira (*idem, ibidem*), faz obnubilar a crítica do arranjo sintático dessa ocorrência é fato incidente sobre uma sintaxe pós-ontogênica, sobre a qual age o elemento altamente inovador representado pela pontuação gráfica, rescindindo qualquer arranjo que se realize sem anacoluto, então rescindindo qualquer fraseologia

que se realize segundo uma sintaxe já canonizada: a questão não está, pois, circunscrita à “ordem das palavras na frase”; está relacionada a toda a frase, após realizada a imagetização ontogênica da Língua.

Há que estremar, portanto, o que seja uma Sintaxe ontogênica do que seja uma Sintaxe discursiva, não por cuidado metodológico — que o uso de maiúsculas na palavra *Sintaxe* aqui poderia sugerir, fazendo-se pensar em disciplinas constituídas ou a constituir —, mas, sim, por atenção teórica à incontornável possibilidade de existência objetiva de uma sintaxe em momento ontogênico da Língua e, mais ainda, por observação de que o fator inspirativo da linguisticogênese, ou seja, a gestualidade dos movimentos cinemáticos realizados no espaço físico do mundo, se tenha mantido no processo metafórico de abstratização e se mantenha na continuidade desse processo, em re-abstratização que, em Alonso Júnior (2023, *passim*), denomino “produtividade viral”: aquele fator inspirativo se manteve e mantém porque é ele o mote da metaforicidade da Língua.

Toda a variabilidade inerente à sintaxe discursiva, própria à variabilidade dos atos discursivos e ressumante na fraseologia desta ou daquela língua, a cristalizar-se na variabilidade dos próprios “padrões frasais”, subsume-se à invariabilidade da sintaxe ontogênica, segundo a inerência una entre a Língua e sua inspiração espaço-movimental. Postulo como invariável a natureza da relação ontológica, ora sim, entre a **expressão do comportamento** e a **expressão do objeto** sobre o qual ele incide, rigorosamente a natureza da *relação linguístico-ontogênica* entre a *expressão do comportamento* e a *maneira de expressão do objeto* sobre o qual ele incide, em total independência quanto à natureza do comportamento em si mesmo: a distinção semântico-pragmática entre o comportamento de “devorar” e o comportamento de “amar” não exige nenhuma forma de iconicidade na expressão da incidência de cada um desses comportamentos sobre seus respectivos objetos, para mim se tratando, sempre, de uma expressão suficientemente genérica de **relatividade**, em que algo-objeto ou alguém-objeto *está para* o comportamento de “devorar” e algo-objeto ou alguém-objeto *está para* o comportamento de “amar”, algo-objeto ou alguém-objeto *está posto relativamente ao* comportamento de “devorar” — sendo “devorado” — e algo-objeto ou alguém-objeto *está posto relativamente ao* comportamento de “amar” — sendo “amado” —, haja vista à sintomática expressão clássica do objeto em **acusativo-lugar-para-onde**, um objeto **para** o qual o comportamento está **voltado**, à equivalência de **uma expressão de objeto estar posta relativamente à expressão do verbo** (vejam-se Ernout; Thomas, 1953 [1951], p. 17). Essa é, segundo o que proponho, uma relação ontológica invariável na ontogênese linguística, imagetizada no espaço do mundo, exterior à Língua,

e no movimento de deslocamento de *lugar para onde* entre o comportamento e seu objeto, comportamento que **se volta para** o objeto buscado, objeto **a(d)** cusado que **está para** o comportamento, expressão genérica suficiente porque, genérica e ampla, é bastante e suficiente para acolher as teoricamente infinitas especificações semântico-pragmáticas. (Veja-se Alonso Júnior, 2023, sobretudo p. 175-242, em que se retomam Ernout e Thomas, *idem*.)

Ora, o que assegura a relação estritamente linguística entre

devorou

e

o cordeiro,

em *o lobo devorou o cordeiro*, e entre

devorou

e

o lobo,

em *o cordeiro devorou o lobo*, ausente a marca de acusativo em ambiente pós-clássico, não é a posição da expressão do objeto “à direita” da expressão de seu verbo, não é “a ordem das palavras na frase”; o que essa ordem assegura é a inteligência das relações frasais, fazendo identificar a entidade sobre a qual incide o comportamento expresso pelo verbo. Aí se está em terreno propriamente discursivo, não estritamente linguístico: sobre a “materialização” linguística estão dispostas as relações frasais, ensejando-se a falsa interpretação de que toda a realização aí presente esteja enfronhada no cerne da Língua. Não está.

A ordenação ali presente não está disposta senão **sobre** uma “materialidade” já constituída em suas relações, relações primevo-ontogênicas e assim estritamente linguísticas. O que assegura a relação estritamente linguística entre o objeto e “seu” verbo é a expressão *à maneira apositiva* do “objeto” **relativamente** à expressão desse verbo, uma posição lado-a-lado — mas nem “à direita” nem “à esquerda” — em que se expressa o objeto como ELEMENTO **RELATIVAMENTE AO QUAL** O VERBO ESTÁ, e assim um ELEMENTO **PARA O QUAL** O VERBO ESTÁ **VOLTADO**, acusativamente dirigido, em relação de *lugar para onde*, sendo o objeto o **LUGAR para** o qual o verbo metaforicamente se dirige,

redundando-se no entendimento desse *LUGAR* como “objeto” do comportamento verbal. Em todo e qualquer sentido, esse “objeto” é mesmo um *LUGAR*, é mesmo um *PONTO* **para** onde se encaminha a intenção do comportamento, outrora **a(d)**cusada essa intenção pela marca formal do **a(d)**cusativo, **sem que, numa sorte de ambiguidade imagética, o movimento de lugar para onde, metaforicamente realizado, deixe de ser imagetizado por certa estaticidade apositiva, à maneira de parataxe**, estando o *PONTO-LUGAR*–“objeto” como que *juxta*-posto *iuxta uerbum*, a um tempo que *ad*-posto *ad uerbum*; note-se a identidade entre a dita “regência” da entidade linguística *juxta/iuxta* e a da entidade linguística *ad*, ambas em **a(d)**cusativo-*lugar-para-onde*, segundo a própria ambiguidade que há entre o movimento de **a(d)**proximação e a estaticidade daquilo que está posto ao lado — **a(d)** *latus*, em **a(d)**cusativo — à guisa de **a(d)**proximar-se ao entorno, “**muito perto** [...] **mesmo a tocar**” (veja-se abaixo):

ad, *prep.* de *ac.* [preposição de acusativo] [...] designa: *a) quietação*: junto de, nas proximidades de, ao pé de [...]; *b) movimento*: em direção a, para [...], a [...] (Torrinha, 1945 [1937]);

juxtã ou **iuxtã** [jungo]²⁴, *prep.* de *ac.* [preposição de acusativo] **1.** Muito perto de; mesmo ao pé de; junto a. **2.** Ao lado de; a-par-de; logo depois de. [...] **5.** *Adv.* [advérbio]: [...] **muito perto (mesmo a tocar em alg. coisa)** [este negrito e as sublinhas são meus]²⁵, ao pé [...] (Torrinha, *idem*).

É essa ambiguidade justapositiva que assegura a relação estritamente linguística entre o “objeto” e “seu” verbo, em imagem fundamentada no espaço físico e na movimentalidade aí executável, incluída a execução da estaticidade. Um elemento estaticamente posto ao lado de outro guarda sua estaticidade consoante certa verdade ontológica não maior do que a verdade ontológica que há no fato de que esse elemento estático está prestes a movimentar-se, encaminhando-se em direção ao elemento próximo ao qual ele está; a estaticidade é mesmo condição para o movimento, uma vez que só pode encetar movimento aquilo que está imóvel: **“estar para”, “estar voltado a/para” — ad / per ad — é estar ali, ao lado, na iminência da aproximação efetiva, portanto na iminência do movimento de aproximação propriamente dito.** Segundo minha interpretação,

24 étimo: *iungere*, “juntar”, “pôr junto”, então “pôr lado a lado”, “apor”

25 Lembrada a origem adverbial das chamadas “preposições”, considero aí mantida a densidade semântica do advérbio, não contradita pelo fenômeno da gramaticalização: na esteira do que proponho, o caráter semântico adverbial da circunstância de estar “**muito perto** [...] **mesmo a tocar**” mantém-se na “passagem” do denso advérbio para a gramaticalizada “preposição”. Trato o advérbio e o que se entende como “preposição”, bem como aquilo que se categoriza como “prefixo”, rigorosamente como a mesma entidade linguística, porque rigorosamente imagetizados segundo o mesmo molde espaço-movimental. (Veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*. Veja-se, também, Bomfim, 1988, p. 13 *et passim*; ideias presentes nessa obra são criticamente comentadas em Alonso Júnior, *idem*, p. 134-136 *et passim*.)

amparada linguisticamente em Ernout e Thomas (*idem*) e filosoficamente em Heidegger (2008 [1967], *passim*)²⁶, essa ontologia é que ontologiza a relação estritamente linguística “objeto-verbo”, do objeto para o verbo, à imagem de um objeto “estar para” o verbo, bem como a relação estritamente linguística “verbo-objeto”, do verbo para o objeto, à imagem do verbo que requer o objeto em função do qual o comportamento se dá. Essa imaginação de *iuxta-/ad-*posição movimental é fator ontogênico aqui buscado, fator espaço-movimental como invariavelmente proponho ser a ontogênese da Língua.

Saber que o cordeiro é que foi devorado segundo a frase

o lobo devorou o cordeiro

é um saber assegurado pela própria frase, pela “ordem das palavras” estabelecida na frase, o que parece implicar que esteja verdadeiramente dentro da Língua essa realidade aí estampada como um componente seu, essa ordem segmentável e graficamente visível, essa ordem frasal e não outra, entendendo-se a frase como unidade *stricto sensu* linguística. Não é.

A frase é unidade *stricto sensu* discursiva, e é por isso que a ontogênese aqui buscada deve ser encontrada num nível pré-frasal. A ontogênese da Língua é uma ontogênese de imagens, imagens amplas e genéricas nas quais depois se agasalharão especificações cuja semântica se coadune com a semântica das imagens genéricas respectivas (veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*), e isso quer dizer que aí se está em certo momento arqueológico, um momento de *imagnetização* genérica e então inespecífica, na chave de uma *imaginação* anterior à modelagem de fraseologias possíveis, cuja especificidade vai amparar-se numa discursividade aí já estabelecida e numa espacialidade física aí já mimetizada e *trans-figurada* em Língua.

| Relações primevo-ontogênicas

A possível cronologia que aqui proponho para a ontogênese linguística não começa na ontogênese linguística, mas recua à percepção e à incorporação do espaço físico. Os movimentos cinemáticos aí realizados proponho então como fator fundante da Língua, uma espécie de DNA movimental, marcado na constituição lexical e em todo o engendro sintático, num rendimento que

²⁶ “Se, para Heidegger (2008 [1967], p. 259) [...], ‘só o móvel pode repousar’, estendo a proposição a seu oposto lógico, segundo a pressuposição de que só o que se encontra em ‘estado de repouso’ (Heidegger, *idem*, p. 296) possa movimentar-se.” (Alonso Júnior, 2023, p. 133) (Esse “oposto lógico” ao qual estendo a proposição deve ser retrodatado à teorização aristotélica sobre a Física.)

me parece grandemente impercebido pelos discursos que, segundo diferentes orientações teóricas, versam sobre *lingua(gem)*.

Note-se que a violência que parece inscrita no verbo *devorar* e nos invade ao sabor da frase

(3) *o lobo devorou o indefeso cordeirinho*

é uma violência esculpida na frase a partir do que sabemos ser nosso conhecimento de um mundo em que os seres sofrem, em que o sofrimento dos seres pode ser causado pela dor da brutalidade física, em que a dor e o sofrimento dos seres nos confrangem particularmente em se tratando de seres particularmente indefesos, uma vez que a indefensibilidade é fragilizante, e a fragilidade nos entenece especialmente se não formos de todo insensíveis ao terror alheio. Se a *lingua(gem)* é insuficiente para expressar o ódio e o amor que sentimos, isso há de dever-se ao volume e à espécie das nossas emoções, porque odiamos muito e amamos em estado de graça, odiamos particularmente e especialmente amamos. A insuficiência mais parece estar em nossa condição de “faltantes”, e aí transparece em *nossa lingua(gem)*. A par da insuficiência da nossa condição, a *lingua(gem)* é plena ao revelar o turbilhão que nos pode atingir diante daquela frase. Somos capazes de nos assombrar diante da frase — cujo “objetivo [...] é impressionar o leitor” (Camara Junior, 1972 [1941], p. 168), em sendo frase escrita, distanciada que esteja do contexto real — tanto quanto nos assombramos diante da real cena bruta, lição aristotélica que ensina sobre a pintura do real a esculpir nosso terror e nossa piedade.²⁷

Muito entretanto, o que conforma as palavras parece passar ao largo do que nos comove, e o que engendra as relações entre elas desconhece qualquer abstratividade alheia ao espaço físico.

A conformação pré-vernácula do verbo *devorar*, então *deuorare* — *dē + uorō*, da raiz **gwer*, “engolir” (veja-se Torrinha, 1945 [1937]) —, parece já estar vocacionada a uma imagem potencialmente terrificante, mas essa imagem, eticamente carregada, apenas se constrói sobre a *imaginação* físico-concretiva propiciada pelo espaço de um mundo pré-ético e, em certo sentido, pré-discursivo (veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*), em que está em jogo a movimentação cinemática arqueologicamente empreendida sobre esse mundo. O que há na conformação de *devorar* é a imagem físico-movimental de separação

²⁷ O assombramento de que fala Aristóteles é o “prazer em contemplar imagens perfeitas das coisas cuja visão nos repugna, como [as figuras dos] animais ferozes e dos cadáveres” (Aristóteles, 2000 [século IV a.C.], p. 40).

e afastamento, indiciada por *de*, a compor a imagem não menos concreta de um sorvedouro que oblitera do mundo o objeto sorvido, apartando mundo e objeto, ali separando do mundo o indefeso cordeirinho, em movimento metafórico-separativo de *lugar de onde*.

Por sua vez, é de *lugar para onde* a imagem de aproximação **paratático-movimental** que, segundo o que proponho, assegura a relação estritamente linguística entre

devorou

e

o indefeso cordeirinho,

em que a expressão do verbo e a expressão de “seu” “objeto” se **a(d)**põem à guisa de se tocar, bastando para isso a imagetização colhida unicamente do espaço físico.

Modo de afunilar radicalmente a ideia que aqui formulo é minha proposição de que a metáfora linguística não precise passar por aquilo que, na esteira de Lakoff e Johnson (2002 [1980]), se entende por metáfora conceptual. Não é preciso pensar que

“DISCUSSÃO É GUERRA”

para formular algo como

minhas palavras derrotaram o adversário;

ao invés, pode-se pensar que

“GUERRA É DISCUSSÃO”

para formular algo como

os feitos de Napoleão Bonaparte emudeceram o mundo,

entendendo-se

“GUERRA É UMA ESPÉCIE DE DISCUSSÃO ARMADA”,

stricto sensu armada. Ou seja, a *metáfora linguística*, que é como a Linguística Cognitiva denomina uma possível formulação metafórica — propriamente linguística —, não precisa passar por uma correspondente *metáfora conceptual*, que é como a Linguística Cognitiva denomina a conceptualização de “x” em termos de “y”, mas passa necessariamente por uma inspiração primal, ela mesma imediata, que a visão e a experimentação do mundo nos sugerem imediatamente, e que é aquilo

que denominamos **espaço**, aquilo em que nos movimentamos, aquilo que é o próprio **deslocamento**, então mimetizado, segundo suas imagens físico-concretivas, e linguisticamente metaforizante, por exemplo em termos de “de-rrota” e “con-vencimento”. Um “ataque verbal”, formalizável

a(d)taque verbal,

não faz necessariamente pensar num campo de batalha propriamente dito, mas faz pensar num **movimento o(b)fensivo**, em que o **a(d)tacante** des-**ferre in-sultos**²⁸ **contra** o **a(d)tacado**, trazendo-se à evidência discursiva aquela imagem geral de uma **gestualidade a(d)gressiva** em que se **a(d)tiram** objetos, quaisquer objetos, materiais ou não, tacapes ou palavras que **a(d)tingem** o **a(d)versário**. A ultra-imagética formulação

a(d)taque a(d)

não implica verdadeiramente uma imagem de guerra, mas contém em si, na própria ontogênese, uma *imagem de espaço*, do **lugar a(d) onde se a(d)taca**, um **lugar para onde**²⁹, um **movimento de a(d)proximação**, em si mesmo sem nenhuma marca de “agressividade” que se possa verificar na formulação, nenhuma marca propriamente formal que seja propriamente simbólica de aproximação ameaçadora ou agressiva — as marcas linguísticas aqui realçadas são marcas de **espacialidade**, de uma **visualidade físico-espacial**, não de “agressividade” —, a não ser aquela “marca” discursivo-imaterial e residual que a nossa discursividade agrega, porque nós somos seres frágeis, destrutíveis e perecíveis, traumatizados por um mundo essencialmente agressivo. A imagem de guerra é uma associação possível e altamente provável porque estamos num mundo bélico, mas não está marcada na formulação, e a ausência de marca formal não é apenas um dado “material”, mas aponta para outra *imaginação*, previamente dada pelo **espaço** que nos circunda como condição de toda intuição externa (na Introdução deste estudo [Alonso Júnior, 2023], veja-se Kant, 2012 [1781-1787]).

28 “Veja-se a cadeia *insulto* < *insultu(s)* < *insilīō*, ‘1. Saltar a ou sôbre. 2. Assaltar; atacar; lançar-se sôbre [...]’ (Torrinha, 1945 [1937]), < *in* + *salīō*, ‘saltar’, em que a movimentabilidade física, moralmente abstratizada, diacronicamente se recupera, não por mero fato diacrônico, mas por manutenção ontogênica, segundo a qual o ato e o efeito de ‘insultar’ é ato e efeito de ‘precipitar-se’ sobre o então insultado, sobre quem o insultante ‘salta’ com o corpo, com objetos materiais, com *in-vectivas verbais*.” (Alonso Júnior, 2023, p. 488, nota de rodapé)

29 “Veja-se a cadeia *ataque* < *atacar* < *attaccare* (‘italiano’): ‘[...] Trova la sua origine [...] nella *rad.* celto-germanica *TAC*, che ha il senso di *agganciare*, *fermare*, *aderire* [...]. La stessa radice sembra ricomparire anche nel *lat.* *TÀNG-ERE* - *p. p.* *TÀC-TUS* - *toccare* (v. *Tatto*). — Appicare, Affiggere, Unire qualche cosa ad un'altra [...]’ (Bonomi, Digital), imagem de não-movimento, *lugar onde* — *fermare*, ‘firmar **em**’, *tangere* (/ *tactus*) / *toccare*, ‘tocar **em**’ —, estendido em movimento de *lugar para onde* — *ag*(< -*d*- / *ad*)*ganciare*, *ap*(< -*d*- / *ad*)*piccare*, *af*(< -*d*- / *ad*)*figgere*, ‘unire qualche cosa **ad** un'altra’, ‘unir algo **a(d)** algo.’” (Alonso Júnior, 2023, p. 488-490, nota de rodapé (dividida entre essas páginas))

Pensamos em “atirar palavras que ferem” porque pensamos em “atirar objetos materiais que ferem”, não porque pensemos necessariamente em guerra estrita — assim como não pensamos no tribunal de Osíris para desejar ter o “coração leve” [veja-se Alonso Júnior, 2023, p. 485-487] —, uma vez que, antes de ser feito bélico, nosso mundo é essencialmente físico-matério-espacial, e é por isso que formalizamos

a(d)taque a(d)

com marcas que imagetizam a materialidade do **espaço físico** e que não precisam evocar a guerra. (Alonso Júnior, 2023, p. 487-489)

É assim que a ontogênese aqui buscada passa ao largo do que nos comove, bem como desconhece qualquer abstratividade alheia ao espaço físico. O que conforma as palavras e engendra suas relações é o mesmo fator ontogênico, um fator impermeável à ética e às nossas *emoções* e *comoções*, constituído, ora sim, pela *moção* cinemática realizada no mundo físico.

O mesmo fator ontogênico que, no âmbito da palavra, *con-forma* a *morpho*-logia de

de-vorar

é o fator ontogênico que, no âmbito da *con-strução syn-tática*, engendra a relação imagetizada em

João morreu **de** fome,

sem imagem de terror nem efeito de piedade, sem solução catártica, bastando aí e ali a imagem espaço-movimental de separação e afastamento, indiciada pela entidade **de**, que trato como entidade linguística una (veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*), na chave do movimento, ontogenicamente sempre igual, de *lugar de onde*, ora separação entre mundo e objeto devorado, ora separação entre um lugar possível no mundo e o comportamento de morrer, aí o lugar metafórico da fome, do qual metaforicamente parte e então se separa o comportamento, imagem concretiva de movimento físico-separativo a abstratizar-se em imagem conceitual de causa, não por fortuidade, mas por coadunação semântica entre a imagem primevo-ontogênica, ampla e genérica, e a especificação conceitual que ela acolhe:

[...] trata-se de relações entre os sentidos construídos precisamente naquilo que denomino *contiguidade semântica* no

propósito de enfatizar a coadunação de um “novo” sentido ao sentido que ali já estava, **impresso na forma porque dela mesma constitutivo**.³⁰ É nessa constitutividade que talvez resida a forja poética sobre a Língua, da alta poesia às associações conceituais. (Alonso Júnior, 2023, p. 517).

Perceber e incorporar o espaço físico redundou, segundo o que proponho, na *forja poética* que *fingiu* o que modelamos como Língua. Percebemos que “vamos **a**” e “voltamos **de**”, “passando **por**” e “parando **em**”, e então cunhamos essas aspas ao *figurar* a Língua. Nas “diversas línguas” formalizamos diversas plásticas sob a mesma *forma*: diversas cores sonoras, representáveis por diversos traços gráficos, sob a mesma essência formal a “materializar” as *parabolaes*, incluídas as “palavras gramaticais” que correspondem, nas “diversas línguas”, ao que em “língua portuguesa” pode “materializar-se” **a, de, por, em**. A forma não está nas cores, nem nos traços; não está naquilo que nos impressiona os ouvidos e nos enche os olhos; não está na aparente diferença entre **a** e seu arcaísmo **ad**, entre **a** e seu contemporâneo gráfico **à**, “à moda francesa”; não está na altamente perceptível diferença entre as pronúncias de **de**, incluído o **di** italiano; não está no jogo vocálico **por, per, par**, nem no amplo jogo sonoro **em, en** castelhano, **en** francês, **in**; não está nos equivalentes ingleses ou árabes dessas entidades, dessas mesmas formas. A forma está na indiciação semântica e não se reduz a “palavras gramaticais”. A forma é espírito, essência irreduzível de um momento inicial que se mantém.

Ora, a indiciação semântica de

de-vorar

é a mesma de

João morreu **de** fome

e a mesma de

in-de-feso cordeirinho,

em que o “não-**de-feso**” é o “não-resguardado” cordeirinho, é o “não-**se-parado**”³¹, o “não-apartado” do perigoso entorno, o não submetido ao

30 “[...] o que muda, quando muda, [...] já deve ser algo daquilo em que está se transformando. E [...] se advém, é necessário que exista também aquilo do qual advém e aquilo por obra do qual advém. [...]” (Aristóteles, 2001 [século IV a.C.], p. 169)

31 raiz indo-europeia ***sē**, que indicia a ideia de “**se**-paração” (veja-se Torrinha, 1945 [1937])

metafórico movimento de separação e afastamento, movimento de *lugar de onde*: separa-se do mundo o objeto devorado; separa-se da fome a morte de João; separar-se-ia do entorno o indefeso cordeirinho, se defeso fosse. Ou seja, metaforicamente se separam do *LUGAR*-entorno o indefeso cordeirinho, do *LUGAR*-fome o comportamento de morrer, do *LUGAR*-mundo o objeto devorado: a mesma imagem metafórico-movimental, a mesma matriz ontogênica, o mesmo amplo e genérico espírito do momento inicial quando “voltamos **de**”, a cuja semântica primeva, ampla e genérica, se coadunam a semântica abstratizada das figurações **de**-vorar e *in-de*-feso, bem como a semântica ultra-abstratizada da construção *morrer de fome*, processo abstratizante segundo a hipótese da *unidirecionalidade*, fundamentalmente defendida pelas orientações teóricas funcional-cognitivistas (veja-se Ferrari, 2011, p. 98; veja-se também a hipótese da *multidirecionalidade* em Castilho, 2010), na chave de uma *contiguidade semântica* em que, a partir do sentido anterior, se acrescenta um sentido daí derivado, em linha de abstratização, coadunando-se um “novo” sentido ao sentido fundante, “**impresso na forma porque dela mesma constitutivo**” (Alonso Júnior, *idem, ibidem, supra*), sem que se tenha de passar por instâncias metafóricas modelares, como as *metáforas conceptuais* de Lakoff e Johnson (2002 [1980]; veja-se, *supra*, a menção); sem que se tenha de passar pela imagem de guerra — a guerra nós inventamos quando decerto havia muito que já nos movimentávamos no mundo ancestral, generoso e genérico formulador e re-formulador da Língua.

É assim que, segundo o que proponho, as palavras precisam significar, inexceptionalmente, e, também inexceptionalmente, precisam manter sua significação ontogênica, com a qual a inovação se coaduna, mesmo quando submetidas à mais alta abstratização, assim como qualquer construção linguística: as palavras “significam semanticamente” em coadunação com a semântica de sua composição ontogênica; a sintaxe “significa textualmente” em coadunação com a semântica de seu desenho igualmente ontogênico, igualmente inspirado na espacialidade física, uma semântica a manter-se justamente em função de seu caráter produtivo. As ditas “palavras gramaticais”, como **a, de, por, em**, não são, pois, “gramaticais” no viés aí pretendido, mas são mesmo *parabola*e plenas de sentido, um sentido fundante do próprio desenho ontológico da Língua.

Carentes de significação rigorosamente lexical, as assim chamadas “**pre-posições**” atestam lato segmento formalista já na nomenclatura gramatical “desde a Antiguidade, que, em suas *artes*, formulou diferentes quadros de *partes orationis*” (Alonso Júnior, 2023, p. 743), a exemplificar-se na Τέχνη γραμματική, de Dionísio da Trácia (veja-se Lallot, 1985). Ora de significação

lexical reconhecidamente plena, a *pars orationis* em certo momento nomeada “**ad-jetivo**” é assim nomeada como meio para retratar o comportamento “gramatical”, propriamente mecânico, de palavra que se **e-jeta para** outra, como que se lançando a ela para qualificar-lhe o referente: trata-se aí de uma imagem, porém uma imagem fiel ao *desenho da frase*, segundo a plástica de seu mecanismo, e infiel à **natureza** do que seja essa palavra em si mesma desprovida de substância mas habilitada a matizar uma expressão de substância no plano da representação e a representar o próprio matiz da substância no plano da intenção discursiva (veja-se Alonso Júnior, 2023, p. 748). Assim, não é necessariamente problemático o caráter metafuncional da metalinguagem, mas é insuficiente. É insuficiente para trazer luz ao que seja a natureza das entidades da Língua e explicitar suas relações verdadeiramente ontogênicas, porque fundamentalmente ontológicas, ou seja, seus desenhos ontológicos, mais do que seus desenhos frasais.

Entender a Língua segundo a fraseologia de seus mecanismos, bem como concebê-la em uma dimensão discursiva descolada das relações linguístico-ontogênicas, é postura à qual subjaz um olhar que, de um modo ou de outro, parece pressupor certa teleologia para os elementos da Língua, não uma teleologia que nos diga que inventamos a Língua para viver, sem contradição com um amplo finalismo metafísico, mas uma espécie de teleologia autocentrada, como se a sintaxe fosse feita para ser sintaxe, como se as *palavras* depusessem sua natureza *parabólica*, à maneira de dizer, por exemplo, que a *pars orationis* bem denominada *artigo* seja feita para nos contar qual é o gênero dos substantivos, então como se vivêssemos preocupados com o gênero dos substantivos a ponto de inventar uma entidade predestinada a nos informá-lo. Isso conduz a um leque de absurdos conceituais, como se as palavras fossem feitas para ser palavras. As *palavras* são feitas para ser *parabola*.

| Conclusão: “desordem” ontogênica

As *palavras* são feitas para ser *parabola*, porque a Língua é, ela mesma, *parabola* do espaço físico, mimetizado em sua fisicalidade no ato mesmo de confecção da Língua, entidade, pois, *natu* metafórica, “um *natu* metafórico arsenal de metáforas” (Alonso Júnior, 2023, p. 87).

Considero, assim, *meta-fórica* a *trans-posição* das imagens

do mundo-ancestral

para a Língua-em-formação,

imagens de deslocamento percebidas no espaço e transpostas para o que seria a formação da Língua. O deslocamento de

“vir **de** um ponto **a** outro ponto”

se percebeu como tal e se fez mote para a formalização desse mesmo comportamento, mas também para a formalização de comportamentos análogos

- quanto à imagem de separação,
- quanto à imagem de aproximação,
- quanto à imagem de passagem,
- quanto à imagem de estagnação,

e para a expressão de entidades conceptualizáveis “em termos” dessas imagens. É assim que podemos

*morrer **de** fome*

e dizemos

*viver **de** pão,*

metaforicamente *extraindo do LUGAR-pão* a providência para a vida; dizemos

***pro**-vidência **para** a vida,*

metaforicamente *aproximando*³² *ao LUGAR-vida* a providência a ela destinada; dizemos que

*as palavras são feitas para ser parabolae, **porque** a Língua é parabolae,*

metaforicamente fazendo *passar pela* entidade *que* (em *por-que*) a causa *pela qual* (*por que*) “as palavras são feitas para ser *parabolae*” (vejam-se a interpretação e a proposta de análise que desenvolvo em Alonso Júnior, 2023, subitem II. 6. 1. 5); dizemos que

³² Vejam-se, em Alonso Júnior (2023, § finais do item II. 4 e item II. 6), minhas reflexões sobre o **advérbio** *prō*.

a *Antiguidade*, **em** suas artes, formulou diferentes quadros de partes orationis,

metaforicamente fazendo *estagnar no LUGAR-artes* a formulação de diferentes quadros de *partes orationis*.

É essa a ontogenia que proponho para a Língua, uma ontogenia de lugares, contudo lugares do mundo físico mimetizados na Língua, não lugares da frase, em que os elementos podem deslizar da direita para a esquerda e vice-versa. Os lugares da frase são largamente pós-ontogênicos; ali as palavras se ordenam conforme convêm ao discurso, âmbito a que a ordenação pertence. A ontogenia desconhece a ordem, porque é bastante conformada pelas imagens fundamentais de deslocamento e de estagnação. É tão simplesmente imagética quanto a própria Língua, que em estado limítrofe da sua infância desconhece as especificações advindas da complexificação da nossa existência.

É no acontecer da vida que está a importância da “ordem das palavras”, não na gestação da Língua. O que está nesse incunábulo e em qualquer sorte de essencialidade do que seja Língua são relações ultra-imagéticas, abstraídas de um inspirador espaço ultra-físico. Na compreensão dessa dialética é que se encontra a inteligência da Língua.

Referências

ALKMIN, T.; TARALLO, F. **Falares crioulos**: línguas em contato. São Paulo: Ática, 1987. (Série Fundamentos.)

ALONSO JÚNIOR, C. L. **Gramática movimental**: ontogênese da forma. 2023. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-25092023-145254/>. DOI <https://doi.org/10.11606/T.8.2023.tde-25092023-145254>.

ALONSO JÚNIOR, C. L. Língua, metáfora do espaço. *In*: CAMPOS, M. I. B.; CARDOSO, E. de A.; FACHIN, P. R. M.; GIL, B. D.; MÓDOLO, M. (org.). **Pesquisas em Filologia e Língua Portuguesa**. v. II. São Paulo: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021. p. 304-317. ISBN 978-65-87621-81-7, DOI 10.11606/9786587621817.

ALONSO JÚNIOR, C. L. **Reflexões sobre o pronome relativo e a oração “adjetiva” em Latim e Português**. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Introdução, tradução do Grego para o Italiano e comentários G. Reale. Tradução do Italiano para o Português M. Perine. ed. bilíngue. São Paulo: Loyola, 2001 [século IV a.C.].

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução P. Pinheiro. Ed. bilíngue. São Paulo: 34, 2015 [século IV a.C.].

ARISTÓTELES. **Poética. Organon. Política. A Constituição de Atenas**. Tradução direitos exclusivos da Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo: Nova Cultural, 2000 [século IV a.C.]. (Coleção Os pensadores.)

BARROS, M. de. **Poemas rupestres** [2004]. In: BARROS, M. de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.

BOMFIM, E. **Advérbios**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios.)

BONOMI, F. **Vocabolario etimologico della Lingua Italiana**. Digital. Disponível em: etimo.it/?term=attaccare. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. **Admissão à carreira de diplomata**: primeira fase. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

CAMARA JUNIOR, J. M. **Princípios de Lingüística geral**. 4. ed., rev. e ampl., 5. impr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972 [1941]. (Biblioteca Brasileira de Filologia.)

CARONE, F. de B. **Morfossintaxe**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991 [1986]. (Série Fundamentos.)

CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**: a linguagem. Tradução M. Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1923]. (Coleção Tópicos.)

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ERNOUT, A.; THOMAS, F. **Syntaxe latine**. 2^e éd., revue et augmentée. Paris: Klincksieck, 1953 [1951].

- FERRARI, L. **Introdução à Linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FERREIRA NETTO, W. **Introdução à fonologia da língua portuguesa**. São Paulo: Hedra, 2001.
- GARDINER, A. H. **The theory of speech and language**. Oxford: Clarendon, 1932.
- GOLDBERG, A. E. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- HEIDEGGER, M. A essência e o conceito de Φύσις em Aristóteles — Física B, 1. *In*: HEIDEGGER, M. **Marcas do caminho**. Tradução E. P. Giachini e E. Stein. Petrópolis: Vozes, 2008 [1967].
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução e notas F. C. Mattos. Petrópolis: Vozes, 2012 [1781-1787].
- KARCEVSKI, S. **Sur la phonologie de la phrase**. Travaux du Cercle Linguistique de Prague, 1931.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Tradução GRUPO DE ESTUDOS DA INDETERMINAÇÃO E DA METÁFORA (GEIM). Campinas: Mercado de Letras / São Paulo: Educ, 2002 [1980]. (Coleção As faces da Linguística Aplicada.)
- LALLOT, J. Denys le Thrace: Techné Grammatiké: introduction, traduction, notes. *In*: **Archives et documents de la Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du Langage**, 6: p. 1-104. Paris: Haroche, 1985. (Collection Histoire / Épistémologie / Langage.)
- MAROUZEAU, J. **Traité de Stylistique appliquée au Latin**. Paris: Les Belles Lettres, 1935. (Collection d'Études Latines.)
- PEREIRA, E. C. **Grammatica Historica**. 2. ed., rev. Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1919 [1916].
- SVOROU, S. **The grammar of space**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1993.

TALMY, L. **Toward a Cognitive Semantics**. v. II: Typology and Process in Concepts Structuring. Cambridge: MIT Press, 2000.

TORRINHA, F. **Dicionário latino-português**. 3. ed. Porto: Marânus, 1945 [1937].

Como citar este trabalho:

ALONSO JÚNIOR, Clóvis Luiz. Contra a ordem: a irrelevância da ordem frasal para uma Sintaxe ontogênica. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 13-56, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 26/03/2024 | Aceito em: 28/07/2024